

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

4

- 4.1. Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa do IFS
 - 4.1.1 Concepção do Ser Humano
 - 4.1.2 Concepção da Sociedade
 - 4.1.3 Concepção da Educação
 - 4.1.4 Concepção de Gestão
 - 4.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica
 - 4.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo
 - 4.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia
- 4.2 Políticas Institucionais de ensino
 - 4.2.1 Política de ensino
 - 4.2.1.1 Formação Continuada de Professores
 - 4.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio
 - 4.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem
 - 4.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente
 - 4.2.1.5 Tecnologias Educacionais e seus avanços no processo de Ensino-Aprendizagem
 - 4.3 Política de pesquisa
 - 4.3.1 Dos Princípios e Objetivos
 - 4.3.2 Das Diretrizes
 - 4.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa
 - 4.4 Política de extensão
 - 4.4.1 Dos Princípios e Objetivos
 - 4.4.2 Das diretrizes
 - 4.4.3. Dos instrumentos
 - 4.5 Política de Assistência Estudantil
 - 4.6 Política de acompanhamento de Egressos
 - 4.7 Responsabilidade Social do IFS
 - 4.8 Desafios e Perspectivas do IFS
 - 4.9 Avaliação do Projeto Político Pedagógico

4. Projeto Pedagógico Institucional

4.1. Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição

O IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. No IFS, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante a ações de extensão. Dessa forma, a construção do conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania, viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização e de democratização do saber.

4.1.1 Concepção do Ser Humano

O ser humano é social. Ao nascer, constitui-se como humano na medida em que entra no mundo da linguagem e isto se dá por meio das relações que começa a estabelecer com outros seres humanos. Homens e mulheres não vivem sozinhos, necessitam estar constantemente criando vínculos sociais, pois sua formação parte do pressuposto que viver é partilhar conhecimentos e emoções. Assim, é na família, lugar onde, normalmente, ocorrem os primeiros vínculos afetivos e sociais, onde se experimentam conhecimentos e emoções e, posteriormente, estendem-se a outras instituições, tal como a escola ou como o mercado de trabalho onde o convívio será ampliado.

O ser humano é sujeito que pratica ações que alteram o espaço em que vive, que modifica as relações com as quais se envolve, ao mesmo tempo, em que sofre as alterações ocorridas no espaço e as interferências feitas em suas relações sejam com os novos laços de amizade ou velhos laços desfeitos. Ou seja, o ser humano se desenvolve na medida em que age no mundo. E sua ação reverbera em seu ser.

O ser humano compreendido pelo Instituto Federal de Sergipe é o ser que carece de completude. Dar-se-á essa completude pelo binômio trabalho e educação. O trabalho é, aqui entendido, como toda ação que modifica o mundo e, consequentemente, modifica o ser. A Educação é compreendida como processo de humanização. O ser humano nasce bruto e pela educação compreenderá a

necessidade de conviver com outros e, assim, construir uma sociedade onde todos, dentro de sua singularidade, conseguirão viver dignamente.

4.1.2 Concepção da Sociedade

Ao se tentar definir a sociedade contemporânea, corre-se o risco da incompletude dado que os elementos que a compõem por certo estão entre a "ordem e o caos". De um lado, o desenvolvimento tecnológico-científico promissor, de outro, precárias ações sociais como parco saneamento ambiental, insuficiente prestação de serviço hospitalar a população de baixa renda, insegurança pública entre outras. Entretanto, quando se reflete sobre que sociedade desejamos construir, ainda que se façam presentes as contradições, consideramos o ideal de uma sociedade justa, igualitária em que o consumo ilimitado não seja a prioridade, mas que os bens sociais possam atender a todos com a mesma presteza. Essa concepção de sociedade justa coaduna com a ideia da construção de uma escola que priorize a formação plena do cidadão que está por vir a fim de que ele se torne emancipado e partícipe da sociedade justa.

Considerando os ideais de justiça e de autonomia é que precisamos pensar em como o Brasil se inserirá na quarta revolução industrial (Schwab, 2018). Os efeitos da fusão das tecnologias digitais, físicas e biológicas afetarão todos os países, nesse sentido, precisamos desenvolver modelos de educação que proporcionem "modelos de formação acadêmica para trabalhar com (e em colaboração) máquinas cada vez mais capacitadas, conectadas e inteligentes" (Schwab, 2018, p. 46).

4.1.3 Concepção da Educação

O IFS entende a educação como um direito de toda criança, de todo jovem e de toda pessoa. Assim, defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todo o país. É por meio dela que se torna possível construir um mundo mais igualitário, justo e, principalmente, um mundo em que as pessoas se reconheçam como humanos independentemente de sua cor, de seu gênero, de seu credo religioso, de sua escolha profissional.

A educação defendida pelo IFS é a que promove a liberdade de expressão, o respeito à diversidade e o desejo de tornar-se um cidadão emancipado, pois só assim

se conceberá uma sociedade do conhecimento tecnológico-científico que não oprimirá seu povo, que não degradará o ambiente, que não desrespeitará os princípios democráticos de uma nação. A educação deve formar sujeitos que trabalhem na indústria ou no turismo, na comunicação ou na saúde com ética profissional e com amor ao ser humano, pois só a educação ética e apaixonada pelo humano conseguirá por meio da criatividade artística e/ou científica reduzir as precariedades causadas por um sistema capitalista perverso que cultua o consumismo, que estraga o *habitat terra*, e que exclui quem não tem poder de compra ou barganha.

A educação defendida pelo IFS é a que reconhece que a produção científica não promove a fome, o desmatamento, o extermínio dos animais, a discriminação racial, social. A educação é a que promove o letramento científico, constrói uma ciência em prol do bem comum, defende uma cultura da paz onde mulheres e homens se reconheçam como iguais diante do mundo do trabalho e, por fim, uma educação que acredite que o conhecimento produzido deva se estender a todos fazendo uma verdadeira e intensa transformação social.

Como educação especificamente qualificada de profissional e tecnológica, o IFS entende que é por meio da educação profissional de qualidade pública e gratuita que se pode efetivar o "acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade"; Compreende que a educação profissional garantindo a formação integral pode promover "a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas" e defende que seus estudantes possam ir além de um saber-fazer imediato para a "compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho" (CONIF, 2018).

4.1.4 Concepção de Gestão

O IFS entende que a gestão deva ser participativa, ser articuladora da autonomia dos campi, isto é, que cada *campus* reconheça as necessidades dos lócus bem como seu potencial de atender às demandas. A gestão participativa defende a pluralidade de ideias, a formação e exposição do pensamento crítico porque só assim se consolida uma nação democrática.

Não se pode perder de vista que a permanência da educação profissional ofertada pela rede federal é melhorar a vida dos brasileiros. Assim, o IFS intenciona contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, inserindo jovens e adultos no mundo do conhecimento e no mundo da produção. A gestão deve possibilitar a construção e democratização do conhecimento levando-o a todos os brasileiros. Portanto, a gestão criará meios de ampliar a oferta de cursos técnicos com formação humana e integral em todos os seus campi a fim de promover o ingresso no mundo do trabalho ou a ascensão em postos de trabalho.

A gestão defende a formação integral do aluno, entenda-se, a formação profissional amalgamada à formação geral. As ações voltadas ao ensino devem ser facilitadoras da superação da velha dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Para tanto, a gestão não descansará enquanto as ações do ensino não estiverem contíguas às ações da pesquisa, da extensão e da inovação. Logo, comprehende-se todas as suas Pró-Reitorias e Direções Sistêmicas como partícipes da formação humanista, tecnológica e científica dos estudantes.

4.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica

O modelo de Educação Profissional proposto neste Projeto Político Pedagógico é concebido numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo. Essa formação integrada tem como propósito a superação de uma formação pautada na divisão social do trabalho que separa o ser humano em duas classes distintas: uma com a função exclusiva de executar e a outra preparada para pensar, dirigir e planejar. Ao superar esse processo histórico de divisão social do trabalho, a formação integrada busca garantir aos seres humanos, enquanto atores sociais, uma formação completa para a leitura do mundo e para exercer, de forma plena, a sua cidadania.

Ciavatta (2005) lembra que a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano cindido por essa divisão social do trabalho. Para que isso ocorra, é necessário oferecer a este ser humano uma educação unitária, que congregue a formação geral indissociada da formação profissional, em todos os campos e momentos em que ocorre a preparação para o mundo do trabalho: nos cursos de

formação inicial e continuada, no ensino técnico em suas diversas formas, nos cursos tecnológicos e demais cursos de nível superior, como também na pós-graduação, sob a perspectiva de uma formação humanizada

Este é o desafio estabelecido com a proposição de um Projeto Político Pedagógico baseado numa concepção de educação integrada. Para tanto, é preciso, dentre outras coisas, construir um currículo voltado para a formação omnilateral, ou seja, pautado nos seguintes princípios: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

4.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo

Saviani (2003) enfatiza a categoria trabalho enquanto definidora da existência humana. É pelo trabalho que podemos diferenciar o ser humano dos demais animais, ou seja, pela capacidade que apenas os homens têm de transformar a natureza, adaptando-a às suas necessidades e finalidades. Assim, considerar o trabalho como um princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, que se apropria dela e que pode transformá-la. Por esse motivo, é fundamental que o currículo escolar seja guiado por este princípio, afinal, como ressalta Saviani (2003, p. 132), “o papel da educação é a formação do homem”.

Na Educação Profissional e Tecnológica, a categoria trabalho adquire maior relevância. Isto porque não se pode negar a contribuição vital desta modalidade educacional para o progresso socioeconômico do país. Por diversas vezes, a relação entre a EPT e o progresso justificou a necessidade de tornar a aprendizagem profissional como um mero conjunto de conhecimentos e habilidades, necessários ao exercício do trabalho na sociedade industrializada. A formação profissional constituía-se por parâmetros mínimos definidores de um perfil de trabalhador apropriado a um posto de trabalho.

Em contraposição ao tecnicismo, este PPPI parte do pressuposto de que a formação profissional não busca a preparação exclusiva para o mercado de trabalho, mas intenciona compreender as dinâmicas socioprodutivas da sociedade, em seu contexto histórico, com suas conquistas, suas perspectivas e seus desafios, além de preparar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de suas profissões (BRASIL, 2007).

Assim, reforça-se que o IFS defende uma proposta de educação unitária, que

supera a dicotomia de escolas distintas para classes sociais distintas. É uma propositura educacional cuja atividade fim é a formação dos sujeitos, a partir da relação intrínseca entre o trabalho e o conhecimento.

4.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia

A concepção de ciência que orienta este PPPI é a de ser o conjunto de saberes resultante do processo de formação humana. O ser humano, enquanto um *ser da práxis*, ou seja, capaz de transformar a natureza e a si mesmo, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens, necessita compreender a composição desses dois elementos: a natureza e o próprio ser humano.

Por isso, o currículo escolar necessita envolver os conhecimentos acerca da natureza e das leis que a regem. É preciso, também, que este currículo englobe os saberes sobre os seres humanos, não apenas, o conhecimento biológico, que trata do funcionamento e da estrutura, como também do processo sócio-histórico-cultural. A trajetória histórica, sua relação com o ambiente em que vive, as normas estabelecidas para a convivência em sociedade e construção do pensamento são saberes fundamentais para a compreensão do ser humano enquanto ator social e cultural, produtor e produto de sua realidade.

Esses conhecimentos e saberes acerca do homem e da natureza são os conhecimentos científicos, pois são construídos de forma sistemática, por meio de um procedimento metodológico. É da historicidade desses conhecimentos que germina os conteúdos e disciplinas escolares, organizados por áreas de conhecimento.

A produção científica precisa ser percebida, ainda, como um fenômeno cultural. A ciência é o produto de uma cultura, pois, é um conhecimento que “incorpora diferentes áreas e que de diferentes formas nos informa sobre a produção histórica e social do mundo no qual vivemos” (Brasil, 2013a, p. 23). Neste sentido, compreendemos a cultura, como o conjunto dos resultados das ações transformadoras e conscientes do ser humano sobre o mundo. As ações transformadoras correspondem ao trabalho empregado pelo homem para transformar a natureza e a si mesmo, na interrelação com os outros seres humanos.

A cultura é o processo de construção dos símbolos, das representações, dos significados da atividade humana. Compreende os diversos procedimentos de

comunicação oral, escrita, iconográfica, espaço visual e digital. Não podemos esquecer as crenças, costumes, práticas e comportamentos que integram esse conjunto. No entanto, a cultura é muito mais. São os atos que concebem a sociedade e, ao mesmo tempo, são concebidos por ela. Por esse motivo, o currículo na educação integrada não pode se pautar, apenas, pelo acesso e divulgação dos conhecimentos científicos. É preciso promover, também, a reflexão crítica sobre os padrões culturais característicos à nossa sociedade.

Sob o prisma de um currículo voltado para a formação omnilateral, resta-nos exprimir a concepção de tecnologia desta proposta pedagógica. Partindo do sentido etimológico do termo, temos que a tecnologia é o tratado ou o estudo da técnica. Esta acepção possibilitou o entendimento, muito corrente, de que a tecnologia está relacionada ao saber-fazer, como uma nova forma de se obter e utilizar o conhecimento. Por este pressuposto, a tecnologia nada mais é do que a junção da ciência com a técnica. A ciência são os conceitos e enunciados que permitem conhecer a natureza. A técnica são as operações que possibilitam transformá-la.

Estas concepções da tecnologia explicitam que a ciência representa um conhecimento puramente racional e exato de onde surgiria o conhecimento prático, tecnológico. Além do mais, elas incentivam o discurso do determinismo tecnológico, onde a tecnologia se apresenta como uma força autônoma das relações sociais. Assim, a tecnologia determina a sociedade. Em resposta ao discurso determinista, corroboramos com Castells (1999, p. 43), quando diz que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Assim como a ciência, a tecnologia é um fenômeno cultural, compreendida conforme o contexto histórico e as relações de poder e de classe em que está inserida. É uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais (Frigotto, 2009).

Como um fenômeno cultural entendido dentro de um contexto histórico e social, é preciso destacar as transformações iniciadas a partir da segunda metade do século XX e que contribuem para esclarecer o atual momento em que vivemos. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o avanço de áreas como a microeletrônica e as telecomunicações. O surgimento da internet e a digitalização das informações interligaram pessoas e instituições, gerando uma teia

mundial (Castells, 1999). Essas transformações remodelam a produção científica, cultural, as relações sociais e o mundo do trabalho.

Na medida em que defendemos a escola como o espaço de interação e formação sociocultural, cujos desafios estão centrados na distribuição dos conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para o desenvolvimento da cidadania, ressaltamos a importância de inserir o debate acerca das transformações tecnológicas digitais no processo educativo, preparando seus atores para as mudanças que estão em curso.

A formação integrada defendida pelo IFS tem como desafio abarcar essas quatro dimensões – trabalho, ciência, cultura e tecnologia – como eixos integradores entre o conhecimento das diversas áreas e disciplinas, contextualizando-os histórica e socialmente. Esta é a realidade educacional que buscamos construir, pela dinâmica entre os aspectos identitários de nossa institucionalidade e a apropriação dos princípios educativos que norteiam a nossa concepção pedagógica. Enfim, é desejo de materialização de uma intencionalidade que se respalda na formação de um sujeito crítico através do domínio dos saberes científicos e culturais, correlacionada à preparação e qualificação para o mundo do trabalho.

4.2 Políticas Institucionais de ensino

4.2.1 Política de ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição. As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que promovam a interação ensino, pesquisa e extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio laborais. Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão

de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

4.2.1.1 Formação Continuada de Professores

Na década passada, Machado (2015) alertava que a falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas havia marcado as iniciativas de formação docente para a EPT no Brasil. Uma das dificuldades enfrentadas é a carência de profissionais com formação inicial em EPT. As disciplinas das áreas técnicas são ministradas por profissionais que, muitas vezes, não possuem formação inicial em licenciatura. Mesmos os professores licenciados, não tiveram a oportunidade de discutir, em sua formação inicial, os aspectos e concepções que regem a Educação Profissional. Para enfrentar esta realidade, o IFS aposta em duas estratégias: a formação inicial para a Educação Profissional nos cursos de licenciatura e a formação continuada docente em serviço.

A formação inicial consiste no estabelecimento da disciplina Educação Profissional com currículo dos cursos de licenciatura. A formação continuada é compreendida pelo IFS enquanto “o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com a finalidade de assegurar a qualidade ao processo de ensino-aprendizagem (Vieira et al, 2018, p. 101). No IFS, a principal estratégia de formação continuada docente são os Encontros ou Jornadas Pedagógicas. São ações organizadas pelas Direções/Gerências de Ensino em conjunto com as Equipes Pedagógicas de cada *campus*, no início de cada semestre letivo. Os Encontros ou Jornadas têm como propósito reunir professores e demais profissionais da educação em um espaço de reflexão e discussão sobre os desafios, as especificidades e possibilidades encontrados nos processos de ensino e aprendizagem.

Com o intuito de fortalecer essa ação, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) vem ampliando o tempo destinado à realização dos Encontros e Jornadas Pedagógicas. Além disso, desde 2018, a PROEN realiza o Encontro Pedagógico Multicampi - Um momento de integração entre todos os docentes e equipes pedagógicas e psicossociais que compõem o IFS.

Além dessas ações realizadas no início de cada semestre letivo, o IFS se preocupa em desenvolver atividades formativas ao longo do ano, através das diversas pró-reitorias e diretorias sistêmicas. As Diretorias de Assuntos Estudantis (DIAE) e de Educação Profissional e Superior (DEPS), bem como o Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva (NAEDI), órgãos integrantes da PROEN, têm realizado ações de fortalecimento aos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de estímulo à Educação Inclusiva. São desenvolvidas palestras, encontros e oficinas, com vistas a capacitar professores, alunos e servidores administrativos para o favorecimento à diversidade no ambiente escolar.

As ações de inclusão, acessibilidade e diversidade do IFS estão presentes em diversas iniciativas e setores da instituição. Embora seja de extrema importância que o IFS se concentre nas ações formativas e de apoio aos estudantes, ressalta-se a dedicação da instituição em se construir políticas abrangentes e estruturadas de ações afirmativas.

Ações afirmativas de heteroidentificação, ações de acessibilidade e promoção da diversidade estão inseridas em processos contínuos, que exigem compromisso, investimento e a participação de toda a comunidade acadêmica. O IFS tem se mostrado engajado nessa construção, buscando aperfeiçoar suas políticas e práticas para garantir um ambiente cada vez mais inclusivo e acolhedor para todos.

Com a construção do Plano de Prevenção ao Assédio e à Discriminação como elemento essencial para consolidar uma cultura organizacional que valorize o respeito às diferenças, à equidade e à diversidade, o IFS internalizará a compreensão dos conceitos e das práticas aceitáveis nos ambientes educacionais e administrativos. Dessa forma, a temática perpassa também o Projeto Político Pedagógico Institucional.

Outra estratégia de formação continuada que merece destaque é a promoção do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT). Esta ação é desenvolvida em rede nacional, com apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O PROFEPT busca aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, em articulação com a demanda por qualificação de profissionais da rede. O IFS participa da rede de oferta do PROFEPT junto com outras 39 instituições.

Atualmente, são ofertadas 24 (vinte e quatro) vagas, sendo 12 (doze) para servidores docentes e administrativos da instituição e o restante para ampla concorrência.

Assim como o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, cursos de Especialização *lato sensu* fazem parte da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2024, o IFS recebeu credenciamento do MEC para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Posteriormente, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil, passou a ofertar em 2024, a Especialização *lato sensu* em Docência da Educação Profissional e Tecnológica. Em 2025, passa a ofertar a Especialização *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica.

Além destas ofertas, o Departamento de Educação a Distância permanece com ofertas contínuas de capacitações para servidores e servidoras da instituição, em parceria com a PROGEP e vem gradativamente ampliando as ofertas de vagas para cursos FIC que contemplam diversas temáticas que envolvem os desafios contemporâneos da Educação.

As ações descritas demonstram que a formação continuada docente é uma preocupação constante do IFS. Mesmo assim, a instituição comprehende a necessidade de ampliá-las. A construção de uma Política de Formação Continuada Docente é o próximo passo a ser definido pela instituição.

4.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O primeiro é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O segundo é desenvolvido como

atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No IFS, a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários, devendo estar previstas nos projetos pedagógicos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio propicia ao aluno a complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPC e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre o IFS, as empresas e a comunidade.

Dessa forma, haverá uma aproximação entre a realidade possibilitada pelo Estágio Supervisionado e a prática da reflexão sobre essa realidade, a partir da solidariedade entre os demais componentes curriculares do curso, constituindo, assim, um mecanismo de ajuste legal para solucionar ou sanar a defasagem existente entre conhecimentos teóricos e atividade prática (Piconez, 2016). Em outras palavras, nada de teoria no vazio, nada de empirismo desconexo. Essa unidade situa-se no centro em que a teoria é determinada pelo conhecimento preciso da prática e no qual, em contrapartida, a teoria determina com mais rigor sua experiência.

Essa concepção de estágio fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e retroalimentação dos currículos, que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto. A sistemática de acompanhamento de estagiários obedece a uma normativa interna e é realizada pelo Núcleo de Apoio ao Estágio - NAE, de cada campus, com apoio da Coordenadoria Geral de Projetos e Estágios - CGPE.

4.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, que atenda aos princípios metodológicos definidos nas propostas curriculares do IFS, é processual. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem assumida pelo IFS deixa de ter seu foco no desempenho individual, o qual toma o sujeito como o único responsável pela sua aprendizagem, e adota a concepção de avaliação com foco na construção coletiva da aprendizagem do sujeito (Luckesi, 2011). Nessa perspectiva, professor e aluno participam desse processo de construção do conhecimento.

O processo de avaliação será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas. Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá ter em vista o desenvolvimento integral do aluno, contemplando os seguintes critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente entre professor e aluno;
- Utilização funcional do conhecimento.

Assumida essa perspectiva e constatadas as dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo. No desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos, será assegurada a adaptação curricular, quando necessária, adequada às especificidades dos estudantes.

4.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente

As práticas pedagógicas a serem adotadas pelos educadores do IFS devem ter como prioridade a formação integral do sujeito. Nesta perspectiva, a seleção das metodologias de ensino partirá do pressuposto de que quanto mais inovadoras e desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes críticas,

investigativas, criativas e autônomas dos alunos.

Tais práticas devem partir de uma proposta pedagógica que valorize a capacidade intelectual e produtiva dos estudantes, assim como, que priorize as especificidades e interesses individuais e coletivos dos mesmos.

Nessa perspectiva, o IFS busca desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que se impõem à consolidação de sua identidade institucional e que promovam a permanência e o êxito dos estudantes. Para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas, no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a sociedade;
- Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como processo inerente ao ato educativo, numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;
- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;
- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Elaborar propostas curriculares que pensem os currículos também voltados ao mundo do trabalho dentro do contexto da **Educação 5.0**, incorporando aspectos humanísticos, socioemocionais e tecnológicos para formar cidadãos mais conscientes e preparados para o futuro.
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;

- Garantir o acompanhamento psicossocial e pedagógico, visando a permanência e o êxito dos estudantes ao longo do processo formativo.
- Ampliar e fortalecer as ações dos núcleos de promoção e defesa dos direitos humanos, diversidade e inclusão do IFS (Nota de rodapé)
- Garantir a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais do IFS, incluindo a adaptação de materiais didáticos, a oferta de recursos de acessibilidade e a formação de professores para atender alunos com deficiência.
- Desenvolver ações específicas para a inclusão de alunos que enfrentam desigualdades históricas e sociais, considerando a vulnerabilidade socioeconômica, a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e de pessoas com deficiência.
- Realizar pesquisas e fóruns com educadores e estudantes do PROEJA para avaliar a efetividade da oferta de cursos nesta modalidade de ensino e identificar oportunidades de melhoria.
- Fortalecer os programas de assistência aos alunos internos, oferecendo um ambiente acolhedor e seguro, com acesso a alimentação, moradia, saúde e lazer.

4.2.1.5 Tecnologias Educacionais e seus avanços no processo de Ensino-Aprendizagem

O uso de tecnologias educacionais é uma realidade cada vez mais presente nas instituições escolares. Silva et al. (2023) nos mostram que atualmente o mundo é das novas tecnologias de comunicação e são caracterizadas por interatividade, mobilidade, convertibilidade, globalização e velocidade.

Assim, as oportunidades e desafios são grandes e complexas dadas as dimensões territoriais e regionais do Brasil que contribuem para a dificuldade de acesso a tecnologias nas instituições educacionais.

Podemos elencar como oportunidades nesse contexto:

- a transmissão do conhecimento, tanto na formação continuada dos docentes no uso de novas metodologias quanto na aplicação dessas estratégias no aprendizado dos discentes;
- uso da inteligência artificial (IA) no processo de ensino-aprendizagem tornando o ambiente educacional mais atrativo e personalizável, também identificando possíveis **empecilhos** e pontos de melhorias;
- iniciativas nacionais e internacionais na prospecção, atualização curricular e

criação de novos cursos.

Os desafios são muitos dada a velocidade com que a tecnologia impacta nas atribuições e habilidades essenciais de um perfil profissional e no **mundo do trabalho**, as funções e competências que são demandadas dos trabalhadores mudam ao longo do tempo e a tecnologia em si tem avanços em suas funções e capacidades:

- acesso democrático à internet, às tecnologias educacionais e seus avanços;
- adesão dos docentes e discentes às tecnologias educacionais e de comunicação;
- formação continuada dos docentes no uso das tecnologias educacionais;
- dificuldades dos discentes no uso das tecnologias educacionais;
- dependência excessiva da IA generativa **pode impactar no** desenvolvimento de habilidades críticas dos discentes;

Portanto, é importante priorizar o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração articulada. O Instituto Federal de Sergipe entende a necessidade de uma transformação nas instituições educacionais como um todo, adaptando-as às novas formas de ensino. Dessa maneira, as tecnologias educacionais podem cumprir seu papel, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade do ensino (Silva et al., 2023).

4.3 Política de pesquisa

A política de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29/12/2008) A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica.

Em conformidade com a Política de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do IFS e com Regulamento de Pesquisa Aplicada e Extensão no âmbito do IFS, entende-se por pesquisa aplicada “aqueles de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo”. As atividades de pesquisa aplicada devem envolver servidores do IFS, preferencialmente com participação de discentes, objetivando a produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, em articulação com o ensino, inovação e a extensão, ao longo de toda a

formação profissional, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições.

4.3.1 Dos Princípios e Objetivos

O IFS fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de pessoas voltadas à investigação, à produção, à inovação e à difusão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

Além disso, para alcançar esses objetivos, foram instituídos Programas de incentivo à Iniciação Científica como o PIBIC, PIBIC Ensino Médio, PIBIC Ações Afirmativas, em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - Fapitec/SE, Popularização na Ciência, Mulheres na Ciência, IFSustentável, Programa Institucional de Apoio a Laboratórios - PIALAB, Programa de Pesquisa das Licenciaturas - PPLIFS, dentre outros, que permitem a concessão de bolsas e auxílios financeiros para servidores e estudantes.

A fim de assegurar a continuidade e a ampliação das atividades de pesquisa, o IFS acompanha a publicação de editais de fomento de outras instituições, estimulando parcerias externas por meio da captação de recursos na execução de projetos. As bolsas de iniciação científica concedidas seguem a categorização definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) dentre outros.

Com isso, pretende-se elevar as possibilidades de atuação dos estudantes e servidores. Todas as atividades são estimuladas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e desenvolvidas em articulação com os campi. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho Editorial, Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética

em Uso de Animais.

A iniciação científica e tecnológica tem por objetivo desenvolver o pensamento científico e crítico dos estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores. No IFS, o estudante tem a possibilidade de realizá-la mediante a concessão de bolsas financiadas pelo IFS, por agências de fomento externo ou voluntariamente.

A interação de servidores e estudantes no desenvolvimento de ações conjuntas resultou, na formação de grupos de pesquisa em áreas como, Agronomia, Educação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Ciência da Computação, Física, Engenharia Civil, Matemática, Química, dentre outras. Todos integram o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, inventário coordenado pelo CNPq.

As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes na realização de eventos científicos, divulgação científicas e institucionais através da publicação de livros e revistas, visita aos campi para divulgação das ações de pesquisa e treinamentos.

A instituição realiza anualmente a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT do IFS, que oferece uma série de atividades para a divulgação de ações desenvolvidas em seus projetos de pesquisa. A programação aberta à comunidade inclui palestras, minicursos, oficinas e apresentação de artigos científicos.

O evento é a oportunidade para que docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFS e público externo de escolas públicas ou privadas, apresentem os resultados de suas pesquisas. Além dessas ações o IFS possui o programa IFS sustentável, que representa o compromisso institucional em defesa do meio ambiente na perspectiva de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica, através de ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros, minimizando os impactos do meio ambiente provocados pelas diversas atividades institucionais.

Para maiores informações sobre a implementação da política de pesquisa podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

4.3.2 Das Diretrizes

As diretrizes da política de pesquisa têm como orientações:

- ✓ Incentivar a pesquisa como princípio educativo;
- ✓ Fomentar a divulgação científica por meio de ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados;
- ✓ Realizar eventos para a divulgar os resultados das pesquisas;
- ✓ Promover eventos científicos com a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos;
- ✓ Incentivar a criação de Grupos de Pesquisa;
- ✓ Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função das publicações científicas do pesquisador e da relevância do projeto;
- ✓ Favorecer a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- ✓ Estimular à Inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- ✓ Apoiar a pesquisa por meio de editais específicos que contemplem a realidade socioeconômica das regiões alcançadas pelo IFS;
- ✓ Fomentar a iniciação científica através de editais em parceira com o CNPq e editais com fomento próprio;
- ✓ Impulsionar a produção de conhecimento científico e tecnológico por parte dos servidores e estudantes
- ✓ Incentivar parcerias entre o Instituto e indústrias locais;
- ✓ Promover o uso racional de recursos humanos e materiais como compromisso institucional em defesa do meio ambiente;
- ✓ Assegurar que as pesquisas do IFS que envolvam seres humanos sejam realizadas em consonância com os princípios éticos de legislação vigente;
- ✓ Estimular a participação de servidores em eventos científicos;
- ✓ Incentivar a publicação da produção científica de servidores em periódicos e revistas de impacto relevante.

4.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa

Os instrumentos para a implementação da política de pesquisa são:

- ✓ Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFS;

- ✓ Publicação de livros em formato de papel e e-book;
- ✓ Realização da Propex Itinerante;
- ✓ Realização de fóruns;
- ✓ Realização de eventos científicos para a discussão de temas relevantes e atuais;

4.4 Política de extensão

A extensão constitui um processo educativo, científico, cultural, de interação da academia com outros setores da sociedade, realizado por meio de ações, como programas, projetos, cursos, assessorias, consultorias e serviços.

O IFS comprehende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo inclusivo, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar o desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social.

4.4.1 Dos Princípios e Objetivos

A extensão deverá orientar-se não só pelos desafios tecnológicos, mas, também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, é fundamental que nessas atividades e ações, se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nessa intersecção reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

O IFS busca fomentar as ações de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa, na perspectiva da promoção dos direitos sociais e educacionais, promovendo o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, oportunizando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica junto às comunidades externas, com apporte de recursos próprios e/ou externos.

Os programas e projetos de extensão contribuem com a transferência de saberes às comunidades com vulnerabilidade socioeconômica, estimulando a capacitação, o cooperativismo e o empreendedorismo para geração de renda e emprego,

minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social.

4.4.2 Das diretrizes

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acontecerá, quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo, através de:

- ✓ Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino: estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea que exigem uma formação articulada com a máxima organicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.
- ✓ Inter/transdisciplinaridade: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, cumprindo o compromisso institucional de atender à comunidade local/regional, com vistas ao seu desenvolvimento econômico-social, artístico e cultural.
- ✓ Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental: desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate da exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- ✓ Desenvolvimento local e regional: fomentar ações que objetivem a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para a transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- ✓ Responsabilidade socioambiental: garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- ✓ Difusão de conhecimentos: promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experenciais e outros, trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.
- ✓ Capacitação técnica, operativa e instrumental: capacitar pessoas,

propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).

- ✓ Arte e cultura na construção da identidade regional: promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte e da cultura nas mais diferentes formas, com vistas à consolidação das identidades regionais e na sua afirmação frente a outras culturas e povos.

4.4.5. Dos instrumentos

Dentre os instrumentos para implementação da política de extensão no IFS destacam-se as seguintes ações e projetos de extensão:

- ✓ Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social inclusiva;
- ✓ Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- ✓ Estímulo à prestação de serviços que gerem possibilidades de emprego e geração de renda, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- ✓ Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas, elaboração de projetos de extensão em todos os *campus*.
- ✓ Fomento e ampliação do desenvolvimento de programas de cultura, arte, saúde, esporte e lazer;
- ✓ Fomento ao desenvolvimento de atividades de extensão na área de música;
- ✓ Ampliação do programa de aprendizagem para alunos em parceria com empresas;
- ✓ Apoio a projetos de assessoria técnica a agricultores, por meio de projetos agroecológicos;
- ✓ Criação de programa destinado aos egressos;
- ✓ Apoio a projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais para comunidades em situação de risco nas áreas temáticas da extensão (comunicação, saúde, trabalho, educação, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, meio-ambiente e cultura);
- ✓ Apoio e incentivo à formação dos Núcleos de Extensão e Prática Profissional - NEPP, no âmbito dos Campi do IFS para o aperfeiçoamento e ampliação dos

conhecimentos adquiridos nas atividades do processo de ensino-aprendizagem;

4.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFS visa atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliação das condições de permanência e êxito no processo educativo. Seu principal objetivo é desenvolver projetos, linhas de ação e serviços que assegurem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

A PAE/IFS é orientada pelos seguintes princípios:

- ✓ educação enquanto direito social com primazia de oferta pelo poder público;
- ✓ gratuidade no ensino;
- ✓ qualidade nos serviços prestados;
- ✓ qualificação e aprimoramento dos profissionais;
- ✓ gestão democrática com incentivo à participação dos estudantes e servidores nas instâncias deliberativas;
- ✓ transparência nos procedimentos e recursos alocados, resguardados os casos de sigilo ético profissional;
- ✓ promoção da igualdade de condições e equidade na oferta e acesso às ações e serviços;
- ✓ compromisso com a inclusão e acessibilidade;
- ✓ formação cidadã para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- ✓ articulação entre ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- ✓ respeito à autonomia e diversidade dos sujeitos e aos direitos humanos;
- ✓ liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

A Política de Assistência Estudantil é efetivada por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS) e busca atender, prioritariamente, às necessidades do corpo estudantil cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo, e que está em consonância com as legislações sobre

assistência estudantil, permanência e êxito de estudantes no sistema educacional brasileiro, a saber: Lei nº 14.914/2024 (PNAES). Lei nº 9.394/1996 (LDB), Lei nº 8.069/1990 (ECA) e as Resoluções institucionais, amparadas pela legislação vigente.

O PRAAE/IFS é um programa institucional composto por projetos, linhas de ações e serviços, desenvolvidos e executados pela Coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*, acompanhados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE), composta por ações universais (projetos, auxílios financeiros e bolsas que independem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e ações específicas (projetos, auxílios financeiros e bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica).

Dentre as ações universais, temos o Projeto Jornada de Assistência Estudantil, Ações de Arte, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde e Cidadania, Bolsa Trainee, Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior, Bolsa Partilhando Saberes, Bolsa Tutoria de Pares, Apoio ao estágio, Ações de atenção à saúde, Atenção Psicossocial e Pedagógica, Inclusão Digital, Auxílio Financeiro para participação em Eventos, Auxílio Visita Técnica, Ações de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Alojamento Estudantil, Refeitório.

Nas ações específicas, o PRAAE/IFS apresenta: Auxílio Permanência Estudantil, Auxílio Residência, Auxílio Material, Auxílio Fardamento, Auxílio Eventual e o Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens Adultos – PROEJA.

A Política de Assistência Estudantil (PAE/IFS) tem por base os valores da ética e respeito, transparência, qualidade e excelência, inovação, integração, compromisso social e desenvolvimento humano, proporcionando o exercício da cidadania e o bem-estar da sociedade.

É importante salientar que para a construção desta política houve um intenso processo dialógico e participativo dos diversos sujeitos: estudantes, coordenadores/as das Coordenadorias de Assuntos Estudantis –CAE/COAE dos campi, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, gestores em geral, entre outros.

4.6 Política de acompanhamento de Egressos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram legalmente criados no fim de 2008 através da Lei nº 11.892/2008, a qual em seu Art. 6º define,

dentre outras, a finalidade dessas Instituições de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

Na busca de atender com eficácia esta e as demais finalidades previstas na referida Lei, processos que envolvem ensino, pesquisa, extensão e inovação vêm sendo desenvolvidos nos diversos Institutos Federais do país.

São ações direcionadas à oferta de uma formação profissional e tecnológica adequada aos seus alunos, que lhes proporcionem meios de contribuir profissionalmente com o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos setores da economia em que venham a atuar após a conclusão ou mesmo durante os seus estudos.

Para que os processos associados ao ensino sejam desenvolvidos da forma correta e em consonância com as necessidades do ambiente socioeconômico ao qual a Instituição está inserida, é importante conhecer a avaliação dos alunos não apenas em relação a sua completa experiência ao longo do curso, mas também sobre o processo de inserção e adaptação ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se importante no desenvolvimento de uma Instituição de Ensino a existência de um programa de acompanhamento de alunos egressos que fomente a continuidade da comunicação e da interação entre o aluno e a Instituição, mesmo após o término do vínculo formal entre eles por ocasião da conclusão do curso.

Como egresso, entende-se o aluno que concluiu integralmente algum curso ofertado pela Instituição, uma vez que conceitos que ampliam essa definição costumam se sobrepor a outros – evasão, por exemplo -, causando confusões desnecessárias à análise das informações de públicos específicos e qualitativamente distintos.

Em 2021, o Instituto Federal de Sergipe instituiu a Política e seu Programa de Acompanhamento de Egressos, denominado “IFS egressos”. Regulamentado pela [Resolução CS/IFS nº 86](#), de 29 de julho de 2021, o Programa tem o objetivo de monitorar a situação dos egressos dos cursos ofertados pelo IFS em aspectos relacionados à inserção no mercado trabalho e à continuidade dos estudos. Através das informações geradas nesse monitoramento, são construídas políticas e ações com o intuito de ampliar o acesso de nossos egressos ao mercado de trabalho, a

verticalização do ensino em nossa Instituição e a continuidade do sentimento de pertencimento dos estudantes à Instituição.

No IFS, o Programa é coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e executado de forma compartilhada através de ações promovidas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, de Ensino e de Desenvolvimento Institucional.

O Programa prevê ações que já vinham sendo desenvolvidas na Instituição antes mesmo de sua regulamentação, como:

- a divulgação, aos egressos e estudantes do IFS, de oportunidades de emprego e estágio e de conteúdos relacionados à empregabilidade, através do perfil de Instagram ([@ifs.egressos](https://www.instagram.com/@ifs.egressos)), ativo desde ago/2019;
- o acompanhamento da situação do mercado de trabalho dos egressos dos cursos ofertados pelo Instituto e o levantamento de informações para subsidiar a elaboração de cursos de aprimoramento profissional e outras ações do Programa, como as pesquisas com egressos de níveis técnico e superior, disponíveis no site institucional (<https://ifs.edu.br/ddi/naec>).

Essas ações vêm trazendo ganhos ao Instituto, na medida em que criam ricas bases de dados sobre a percepção dos egressos em relação aos serviços prestados pelo IFS e sobre a alocação profissional de nossos alunos no mercado de trabalho. Além disso, ao manter um canal direto e de fácil acesso com os egressos, contribuem para a manutenção do sentimento de pertencimento do egresso em relação ao IFS, mesmo após a conclusão do vínculo formal.

As informações oriundas dessas ações já foram utilizadas, por exemplo, para definir propostas a respeito da oferta futura de cursos nos diversos campi e na análise de reformulação de cursos. Contribuem, portanto, para tomadas de decisões mais seguras e de menor risco, uma vez que são baseadas em dados e análises técnicas.

Com essas ações, pretendemos estreitar o relacionamento com os egressos e consolidar uma cultura no Instituto onde a tomada de decisões seja baseada em evidências e orientada a atender aos anseios do aluno em relação aos aspectos educativos e profissionais. Nesse sentido, entendemos que ouvir o aluno e reorganizar nossas políticas em função deste *feedback* é um grande passo para instituição.

4.7 Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos Institutos Federais de Educação, são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuírem com os programas e processos de desenvolvimento e de inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há de se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gestar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

4.8 Desafios e Perspectivas do IFS

Após a delimitação da identidade, do histórico institucional, dos princípios pedagógicos, da dimensão curricular e das práticas educativas trilhadas em nossa instituição, a partir das políticas institucionais, é chegada a hora de pensar os próximos passos do IFS, afinal, este é o principal objetivo de um Projeto Político Pedagógico.

Gadotti (2000) adverte que o projeto político pedagógico faz parte do planejamento da escola e que este deve ser um processo de formação social, política e pedagógica. É um projeto que implica na definição de estratégias e tomadas de decisões baseadas nas aspirações e nos anseios da comunidade escolar. Neste sentido, são esboçadas, agora, as metas ambicionadas pelo IFS para os próximos cinco anos. Estas intenções evocam o princípio democrático que guiou a construção

deste PPPI, visto que representam o desejo da comunidade acadêmica pela constante melhoria da qualidade educacional de nossa instituição.

As metas estão organizadas em cinco categorias, intituladas dimensões, que representam os principais eixos desafiadores a serem enfrentados pela instituição nos próximos cinco anos: **a) Currículo Integrado; b) Permanência e Êxito; c) Formação Continuada; d) Gestão Democrática; e) Pesquisa, Extensão e Inovação.**

As metas que compõem a dimensão **Curriculum Integrado** estão relacionadas ao fazer pedagógico e a promoção de um modelo de educação voltado para a formação completa do cidadão. São metas que evocam o trabalho como um princípio educativo, na busca da superação de uma escola dualista, onde a pesquisa e a técnica sejam indissociáveis, e que permita ao educando o acesso a um conjunto de saberes históricos, culturais, científicos e técnicos, visando a sua formação integral.

A dimensão **Permanência e Êxito** refere-se à coleção de metas que dialogam com os seguintes documentos: Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e da Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS. Estes instrumentos contribuem para o combate à evasão, ao mesmo tempo em que propõem políticas e ações visando à permanência dos alunos, bem como a conclusão de seus estudos.

A dimensão **Formação Continuada** corresponde às metas e estratégias voltadas para o constante aperfeiçoamento das equipes técnica e docente pertencentes ao IFS. Compreende-se, para tanto, o trabalho educativo enquanto *práxis*, no sentido de que docentes, equipe pedagógica e demais servidores administrativos ao desenvolverem suas atividades, quais sejam, contribuam para a transformação do IFS em uma instituição de excelência educacional, também se transformam.

Compõem a dimensão **Gestão Democrática**, as metas e estratégias que estimulam a participação de toda a comunidade acadêmica nas tomadas de decisões que resultem em melhoria da qualidade escolar. Estas metas e estratégias visam a criação ou o fortalecimento dos espaços e das instâncias de diálogo. Isso significa oportunizar a todos as experiências de construção coletiva de projetos, currículos, mas também, da escolha de materiais, meios e instrumentos de aprendizagem.

A última dimensão elencada corresponde a **Pesquisa, Extensão e Inovação**. Esta dimensão relaciona-se às premissas de um modelo educativo que promove a

articulação entre ciência, tecnologia e cultura. Compreende, ainda, as ações e atitudes que promovam o progresso da região em que o IFS está inserido.

Quadro X - Dimensões e meta PPI

Dimensão	Metas	Status
1. Currículo Integrado	1.1. Implantar, até dezembro de 2031, cursos EJA-EPT em todos os campi do IFS.	Planejado
	1.2. Garantir que 55% das vagas ofertadas, até 2031, sejam para os cursos técnicos na forma integrada, inclusive na modalidade EJA-EPT.	Planejado
	1.3. Aprimorar os projetos pedagógicos para garantir a integração efetiva nos itinerários formativos.	Planejado
	1.4. Fortalecer a integração curricular a partir da supervisão das práticas pedagógicas desenvolvidas em cada campus e da formação continuada dos servidores que atuam no ensino médio integrado.	Planejado
2. Permanência e êxito	2.1. Reduzir, até 2031, a taxa de evasão, para até 13% e a taxa de retenção, por ciclo, para até 5%, visando atingir o índice de eficiência acadêmica de 60%.	Planejado
	2.2. Garantir a participação dos estudantes, com déficit de aprendizagem, em Programas de Recomposição de Aprendizagens do IFS.	Planejado
	2.3. Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a todos os nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.	Planejado

	<p>2.4. Desenvolver ações para apoiar a permanência e êxito dos estudantes, buscando garantir condições de acessibilidade e inclusão.</p> <p>2.5. Implantar a Política de Verticalização do ensino no âmbito do IFS.</p>	<p>Planejado</p> <p>Planejado</p>
<p>3. Formação continuada</p>	<p>3.1. Fortalecer a participação dos servidores nos Encontros Pedagógicos Multicampi e nas jornadas pedagógicas dos campi, com avaliação de impacto e implementação de melhorias contínuas.</p>	<p>Planejado</p>
	<p>3.2. Contribuir com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), para o aperfeiçoamento da Política de Capacitação Permanente de Pessoas do IFS.</p>	<p>Planejado</p>
	<p>3.3. Fomentar espaços institucionais de debates, reflexão e formação sobre temas relativos ao ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.</p>	<p>Planejado</p>
	<p>3.4. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e de cursos livres em temáticas que atendam as necessidades institucionais.</p>	<p>Planejado</p>

4. Gestão Democrática	4.1. Ampliar, na sua totalidade, a participação efetiva da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e instâncias decisórias, com o objetivo de alcançar representatividade de todos os segmentos.	Planejado
	4.2. Estimular a utilização dos diversos instrumentos de comunicação e participação social da instituição, garantindo o acesso amplo e facilitado a todos.	Planejado
	4.3. Apoiar as iniciativas de criação de órgãos colegiados de representação estudantil, possibilitando sua autonomia e participação ativa.	Planejado
	4.4 Fomentar para todos os níveis e modalidades de ensino um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos para coletar dados sobre as necessidades, dificuldades e expectativas da comunidade acadêmica.	Planejado
5. Pesquisa, Extensão e Inovação	5.1 Integrar, até dezembro de 2031, em 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), a pesquisa como princípio educativo, através da identificação e implementação de atividades integradoras entre ensino e pesquisa, com monitoramento e avaliação contínuos.	Planejado
	5.2 Garantir a curricularização da extensão em todos os cursos de graduação ofertados pelo IFS.	Planejado

	5.3. Incentivar, em todos os campi, ações de Inovação e Criatividade integrando ensino, pesquisa e extensão, com foco na solução de desafios locais e no desenvolvimento de competências empreendedoras e tecnológicas.	Planejado
--	---	-----------

4.9 Avaliação deste Projeto Político Pedagógico

A avaliação é uma etapa essencial para o aperfeiçoamento de toda política pública. Na educação, o processo avaliativo tornou-se algo tão habitual quanto os atos de ensinar e aprender. Esse fenômeno tem sido alvo de muitas críticas, visto que o papel desempenhado em sala de aula, por professores e alunos, tem se concentrado em uma preparação para as práticas avaliativas.

Críticas à parte, é inegável a contribuição da avaliação enquanto instrumento de captação de informações acerca da qualidade e do progresso, seja da aprendizagem do aluno ou da execução de uma política. Neste sentido, este Projeto Político Pedagógico é suscetível à avaliação. A concepção de avaliação proposta aqui é a da avaliação institucional, pois, a avaliação da aprendizagem foi abordada anteriormente. Este tipo de avaliação busca contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidade social da instituição (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de acompanhamento das ações e metas propostas no PPPI. Uma importante estratégia utilizada para acompanhamento deste PPPI é o relatório de gestão institucional realizado anualmente. As pesquisas e relatórios pedagógicos desenvolvidos pelas equipes nos campi também contribuem como forma de monitoramento das ações e metas estabelecidos.

Outro aspecto importante para a avaliação institucional é o fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta comissão, prevista pela Lei n. 10.861/2004 e instituída pela Portaria MEC n. 2.051/2004, tem como finalidade

coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA tem como foco de trabalho a avaliação dos cursos superiores. Entretanto, suas contribuições refletem no fortalecimento de toda a instituição, possibilitando a melhoria dos cursos nos diversos níveis ofertados.

Finalmente, registra-se a importância da supervisão do processo a partir do estabelecimento claro de tarefas e responsabilidades. Assim, cabe à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) - enquanto órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, fomento, acompanhamento e avaliação das atividades e políticas de ensino - a função de supervisionar a execução deste PPI, acompanhando as práticas desenvolvidas nos campi e nas diretorias e departamentos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas.